Demonstrações Contábeis

EXERCÍCIO 2024

SICOOB CONEXÃO

COOPERATIVA DE CRÉDITO CONEXÃO

CNPJ: 32.430.233/0001-10

Relatório da Administração | Exercício 2024

Prezados cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 do Sicoob Conexão, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.414 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país, sendo a maior rede física do Brasil. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,5 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

1.2. O Sicoob ES

O Sicoob ES, parte de um dos 14 sistemas regionais do país, celebrou 35 anos de atuação e fechou o ano de 2024 com 869.279 mil associados. Atuando no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e São José dos Campos (SP), a instituição é representada por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão.

Ao longo de 2024, o Sicoob ES inaugurou 8 novos pontos de atendimento, totalizando 201 nos quatro estados, sendo 8 na Bahia, em 5 municípios; 139 no Espírito Santo, em 73 municípios; 52 no Rio de Janeiro, em 37 cidades; e 2 em São Paulo, em São José dos Campos.

Os cooperados são compostos predominantemente por pessoas físicas (82%). Sobre o tema, em 2024, o Sicoob ES atraiu mais de 151.322 novos associados, com predominância ao Espírito Santo, com 116.522 novos associados. Nesse contexto, o sistema regional fechou 2024 com 2.436 colaboradores, distribuídos pelas seis cooperativas e na Central.

1.2.1 Destaques

O ano de 2024 foi um ano repleto de conquistas, ações e realizações para o Sicoob ES, a seguir alguns dos principais destaques que ocorreram ao longo do ano.

• Pelo segundo ano consecutivo, o Sicoob ES é reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas. Sobre o critério de patrimônio líquido das principais organizações capixabas.

• Há 11 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial. Em 2024, o sistema regional foi novamente premiado nas categorias "cooperativa" e "instituição financeira".

• Em 2024, o Sicoob ES também participou do lançamento para negociações de contratos futuros do café Conilon na B3. A participação do Sicoob ES visa oferecer mais opções de instrumentos financeiros para todos os participantes do mercado de café robusta e conilon.

• O Sicoob ES disponibilizou mais de R$ 25 milhões de crédito a juros zero para associados prejudicados pelas chuvas que afetaram 14 cidades no sul do Espírito Santo e quatro no Rio de Janeiro no início de 2024.

• Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas realizada pela Rede Gazeta, que homenageia as organizações mais lembradas pelos capixabas. Em 2024, o Sicoob ES voltou a ser reconhecido na categoria "cooperativa".

1.3. Soluções Crédito Implementadas e Perspectivas Sicoob ES

Durante o exercício de 2024, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer a construção civil e impulsionar o agronegócio. A Finep, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), disponibilizou linhas de crédito subsidiadas para financiar projetos inovadores voltados a empresas. O objetivo é viabilizar o desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e serviços, ampliando a competitividade no mercado.

No setor da construção civil, foi criada a **Linha de Crédito Capital de Giro Habitacional**, destinada a incorporadoras, construtoras e Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com o propósito de viabilizar empreendimentos imobiliários habitacionais.

Para empresas que atuam no beneficiamento e na primeira industrialização de produtos rurais, foi lançada a **Linha de Crédito CPRF – PJ**, que conta com isenção de IOF e tem como finalidade antecipar o faturamento de pessoas jurídicas desse segmento.

Além disso, o repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo terceiro ano consecutivo, o **Sicoob ES** foi reconhecido como o maior repassador de recursos do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses estão disponíveis no site do BNDES: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads.

1.3.1 Perspectivas para 2025

Para o próximo período, novas soluções financeiras estão previstas:

• **Antecipação a Fornecedores (AF)** – também chamada de risco sacado, essa linha de crédito, isenta de IOF e voltada para empresas, permitirá a antecipação de recebíveis futuros de forma ágil e sem burocracia, garantindo maior liquidez aos fornecedores.

• **NCE e CCE (Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Crédito à Exportação**) – instrumentos financeiros, também isentos de IOF, voltados ao financiamento da aquisição de bens, insumos e serviços, utilizando como garantia futuras exportações. Esses títulos representam compromissos de pagamento em real, lastreados em produtos exportáveis.

• **Plataforma ASTEC Digital** – prevista para 2025, essa ferramenta facilitará a captação e contratação de crédito rural, ampliando o alcance dos parceiros captadores e agilizando o acesso aos recursos financeiros para o setor.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da instituição em oferecer soluções inovadoras e eficientes, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.

1.4. Novos Produtos e Soluções

Em 2024, o portfólio de investimentos foi ampliado com o lançamento da **Letra Financeira Sênior**, voltada à captação de recursos dos associados em aplicações de médio e longo prazo. O produto segue a legislação vigente, com carência mínima de resgate de 24 meses, e oferece uma remuneração superior à dos demais produtos da cooperativa. Ao final do ano, a carteira atingiu aproximadamente **R$ 60 milhões**, valor que pode ser avaliado quanto à sua relevância para inclusão no relatório.

Outra inovação foi a disponibilização do **Apple Pay** para os associados que utilizam o **SICOOBCard**. Muito aguardada pelos cooperados, essa tecnologia permite realizar transações de crédito e débito diretamente nas maquininhas, sem a necessidade do cartão físico. A novidade proporciona mais comodidade e agilidade aos pagamentos, reforçando o compromisso da cooperativa com a modernização e a experiência do associado.

1.5. Tecnologia

Alinhado às tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob realizou significativos investimentos em Tecnologia da Informação durante o ano de 2024, visando aprimorar sua competitividade e proporcionar maior conveniência aos cooperados do Sistema Sicoob. O aumento significativo das transações financeiras por meio dos canais digitais destacou-se como a principal forma de atendimento no Sicoob ES, promovendo uma experiência mais ágil e conveniente para os cooperados, ao mesmo tempo em que resultou em redução de custos operacionais para as cooperativas.

O ano de 2024 registrou avanços significativos na digitalização. Em 2023, 24,63% das associações foram realizadas digitalmente. Com a implementação de melhorias e a campanha **"Indique e Ganhe"**, esse percentual subiu para **41,03%** em dezembro de 2024, incluindo associações feitas presencialmente.

No atendimento digital, mais de **89 mil atendimentos** foram realizados ao longo do ano. A equipe recebeu uma avaliação média de **4,74 de 5**, com um tempo médio de resposta de 10 minutos após o transbordo e um horário estendido de atendimento, das **7h30 às 21h30**, garantindo mais conveniência aos associados.

A isenção de taxas do **Pix para pessoas jurídicas** e a evolução das APIs impulsionaram o uso dessa forma de pagamento. Em 2023, os associados receberam mais de **R$ 49 bilhões** via Pix de outras instituições financeiras. Em 2024, esse valor superou **R$ 74 bilhões**, um crescimento de **52%**.

O uso de **APIs** também apresentou um avanço expressivo. Em 2023, **1.030** associados integraram seus sistemas via API para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. Em 2024, houve um aumento de **46,9%** no número de novos associados utilizando essa tecnologia, ampliando a automação e a eficiência dos processos financeiros

2. Sustentabilidade

O Sicoob ES reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, integrando práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios. Participando do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável, as organizações do Sistema Sicoob estão mobilizadas para estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica.

Para comunicar esses compromissos, o Sicoob conta com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao plano estratégico e às diretrizes do Banco Central do Brasil, voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Mais informações estão disponíveis em www.sicoob.com.br/sustentabilidade .

Além disso, importante destacar o impacto social na comunidade do financiamento estudantil Faça Acontecer. Para muitos alunos, representa o primeiro contato com uma instituição financeira, criando oportunidades de fidelização e

viabilizando a realização do sonho da formação acadêmica. Desde 2018, o programa já beneficiou mais de 3.000 estudantes, com mais de R$ 500 milhões em crédito liberado, e conta com mais de 100 instituições de ensino conveniadas em 18 estados da federação.

O Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob ES apoia diversos projetos sociais, reafirmando seu compromisso com a agenda de Investimento Social Estratégico. Em 2024, na 6ª Edição do Edital Social, as Cooperativas do Sicoob ES aprovaram 199 projetos em 192 instituições de 82 municípios, beneficiando 117.730 pessoas, com um investimento total de R$ 4,3 milhões. Desde a primeira edição, mais de 600 projetos foram apoiados em mais de 100 municípios, totalizando um investimento de R$ 14 milhões. Para 2025, a 7ª edição do Edital, exclusiva para instituições sem fins lucrativos, terá inscrições abertas de 1º de março a 30 de abril, através do site www.comunidadesicoob.com.br.

3. Nossa cooperativa

O Sicoob Conexão é uma cooperativa voltada para a prestação de serviços financeiros aos seus cooperados que além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de suas comunidades.

3.1. Classificação Fitch Ratings

Em agosto de 2024, a agência de classificação de risco manteve o rating Nacional de Longo Prazo do Sicoob Conexão em AA(bra). Simultaneamente, a agência reafirmou em F1+(bra) o rating nacional de curto prazo.

Essa avaliação reflete a sustentabilidade dos indicadores financeiros da nossa cooperativa, apresentando índices de rentabilidade e capitalização robustos, superando a média das cooperativas financeiras no Brasil.

Mesmo diante do expressivo crescimento dos ativos e dos consideráveis investimentos realizados, a cooperativa manteve sua solidez. Contribuindo para essa melhoria, destaca-se o êxito do plano de expansão geográfica, proporcionando potencial para receitas e captação de cooperados em setores diversificados. Mais informações podem ser encontradas em fitchratings.com/site/brasil.

4. Política de Crédito

A atuação do Sicoob se destaca, principalmente, pela concessão de empréstimos e captação de depósitos. Essa concessão é realizada mediante análise prévia, observando limites de alçadas predefinidos que são rigorosamente respeitados. A instituição efetua consultas cadastrais e utiliza a avaliação por pontos, conhecida como "RATING", visando garantir a máxima liquidez das operações.

A política de classificação de risco de crédito segue as diretrizes da Resolução CMN nº 2.682/99, com concentração de 81,98% nos níveis de "AA" a "C".

Essa abordagem reafirma o compromisso do Sicoob em assegurar uma gestão de crédito sólida e alinhada às normativas vigentes, promovendo confiança e segurança nas transações financeiras com seus cooperados.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos

de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, centralizada e compartilhada com o Banco Sicoob, desempenha um papel crucial na garantia da transparência e qualidade dos produtos e serviços oferecidos. A atuação da área é prevista na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional.

No exercício de 2024, foram direcionadas 252 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela nossa cooperativa. Dessas, 146 foram classificadas como procedentes e com exceção de 1 ocorrências, todas foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As classificadas como improcedentes também foram respondidas dentro do prazo legal.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Contribuíram para compor o resultado do exercício de 2024 as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, que registraram um crescimento de 38,06%, e o resultado da intermediação financeira, que superou os R$ 371 milhões, registrando um incremento de 37,41% em relação a 2023.

O resultado do Sicoob Conexão em 2024 foi de R$ 434,1 milhões, o que representa um crescimento de 17,55% se comparado do exercício anterior.

Em 2024 ocorreu um aumento de 54,28% comparado ao exercício de 2023 na receita de Outros Ingressos e Receitas Operacionais.

A remuneração do Juros ao Capital em 2024 foi de R$ 81 milhões, 9,72% superior ao mesmo período do ano anterior.

A Receita de Ingressos de Depósitos Intercooperativos aumentou 23,66% no ano de 2024 quando comparado ao ano de 2023.

Em Milhares R$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	371.145	270.107	37,41
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	224.437	141.350	58,78
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	38.436	27.621	39,15
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	156.863	113.623	38,06
Receitas com Ato Não Cooperativo	44.551	31.710	40,50
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	259.884	180.792	43,75
Despesas Tributarias	2.592	1.984	30,65
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	50.606	32.802	54,28
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	361.896	292.651	23,66
Juros ao Capital	81.061	73.879	9,72
Resultado	434.177	369.365	17,55

8.1. Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2024, o Sicoob Conexão encerrou o exercício com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Em Milhares R$

Balanço Patrimonial	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Variação %
Ativos Totais	10.429.973	7.744.739	34,67
Centralização Financeira	3.656.017	2.798.479	30,64
Carteira de Crédito	5.973.265	4.627.291	29,09
Depósitos	6.072.926	4.162.183	45,91
Patrimônio Líquido	1.932.864	1.561.595	23,77

Em Milhares R$

Balanço Patrimonial	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Variação %
Patrimônio de Referência (PR)	1.804.011	1.454.849	24,00

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2024 foram os ativos que registraram uma variação positiva de 34,67% em relação à 2023, demostrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para os nossos cooperados.

A centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiram em 31/12/2024 o saldo de R$ 3.656.017 mil, crescimento de 30,64% em relação a 31 de dezembro de 2023. Também ao final do exercício a carteira de crédito atingiu a marca de R$ 5.973.265 mil, registrando um crescimento de 29,09% em relação ao ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 45,91% considerando o mesmo período de 2023, contabilizando o montante de R$ 6.072.926 mil. Já o patrimônio líquido cresceu 23,77% e atingiu o valor de R$ 1.932.864 mil.

8.2. Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Carteira de Crédito	31/12/2024			31/12/2023			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	1.055.345	543.062	**1.598.407**	840.464	361.691	**1.202.155**	**396.252**	**32,96**
Crédito Comercial	810.036	3.564.822	**4.374.858**	685.778	2.739.358	**3.425.136**	**949.722**	**27,73**
Total	**1.865.381**	**4.107.884**	**5.973.265**	**1.526.242**	**3.101.049**	**4.627.291**	**1.345.974**	**29,09**

9. Pessoas

Concluímos o exercício com 265 mil cooperados, crescimento de 15,32% em relação ao exercício anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob Conexão produto e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do spread de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Contávamos com 576 colaboradores no final do exercício de 2024. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R$ 69.579 mil.

10. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

11. Código de Ética

O Sicoob reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses

princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

12. Agradecimento

Expressamos nossa profunda gratidão a todos os cooperados, colaboradores, parceiros e comunidades que desempenharam papéis cruciais para o impacto positivo alcançado pelo Sicoob Conexão em 2024. O comprometimento de cada indivíduo fortaleceu nossos laços, impulsionou o desenvolvimento sustentável e concretizou nossa missão de ir além do aspecto financeiro, impactando positivamente a vida das pessoas e promovendo a justiça financeira.

Em 2024, entendemos que caminhamos rumo aos fundamentos que guiam nossa atuação, refletidos nos quatro pilares estratégicos que consideramos essenciais para nosso dia a dia: Pessoas Felizes, Satisfação dos Associados, Impacto Positivo na Sociedade e Resultados Consistentes.

Na era da conexão e da revolução da informação, reconhecemos que o ativo mais valioso para transformações são as pessoas. A Comunidade Sicoob, destinada a cooperados, delegados e colaboradores, representa um espaço de cooperação seguro, impulsionando a educação financeira, networking e criação de oportunidades. Alinhada à cultura cooperativa, a Comunidade Sicoob reflete a força da união na construção de oportunidades de crescimento. Agradecemos a todos que contribuíram para fazer de 2024 um ano marcante e promissor para o Sicoob ES e convidamos a permanecer conosco no www.comunidadesicoob.com.br.

Linhares – ES, 20 de janeiro de 2025.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanço Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		**10.429.973**	**7.744.739**
DISPONIBILIDADES	**4.**	**62.553**	**54.234**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**10.707.148**	**7.940.116**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	15.603	14.058
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	1.000.227	441.430
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	6.b	(15.784)	(6.246)
Relações Interfinanceiras		3.656.017	2.798.479
Centralização Financeira	7.	3.656.017	2.798.479
Operações de Crédito	8.	5.973.265	4.627.291
Outros Ativos Financeiros	9.	77.820	65.104
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(433.730)**	**(349.768)**
(-) Operações de Crédito	8.e	(418.080)	(337.193)
(-) Outras	9.1	(15.650)	(12.575)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	**10.**	**2.698**	**4.931**
OUTROS ATIVOS	**11.**	**17.683**	**25.220**
IMOBILIZADO DE USO	**12.**	**110.633**	**100.591**
INTANGÍVEL	**12.**	**2.128**	**2.024**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**12.**	**(39.140)**	**(32.609)**
TOTAL DO ATIVO		**10.429.973**	**7.744.739**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.429.973**	**7.744.739**
DEPÓSITOS		**6.072.926**	**4.162.183**
Depósitos à Vista	13.	1.642.638	1.325.775
Depósitos Sob Aviso	13.	3.317	3.148
Depósitos a Prazo	13.	4.426.971	2.833.260
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**2.241.738**	**1.863.236**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14.	899.416	852.100
Relações Interfinanceiras		1.278.392	974.390
Repasses Interfinanceiros	15.a	1.278.382	974.390
Outras Relações Interfinanceiras	16.	10	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.b	45.300	22.000
Outros Passivos Financeiros	17.	18.630	14.746
PROVISÕES	**18.**	**41.115**	**31.005**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**19.**	**6.378**	**6.071**
OUTROS PASSIVOS	**20.**	**134.952**	**120.649**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.932.864**	**1.561.595**
CAPITAL SOCIAL	21.a	840.143	679.745
RESERVAS DE SOBRAS	21.b	950.247	755.044
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	21.f	142.474	126.806
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.429.973**	**7.744.739**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alair José Giuriato
Diretor Executivo

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Demonstrações de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	2 º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**697.319**	**1.298.989**	**997.445**
Operações de Crédito	8.h	468.328	883.367	694.274
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.1	195.621	361.896	292.651
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	803	1.545	1.680
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.c	32.567	52.181	8.840
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(421.701)**	**(790.385)**	**(576.037)**
Operações de Captação no Mercado		(262.314)	(475.867)	(372.459)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(48.907)	(90.081)	(62.228)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.i	(110.480)	(224.437)	(141.350)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**275.618**	**508.604**	**421.408**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(42.071)**	**(54.333)**	**(34.923)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24.	53.957	104.847	69.762
Rendas de Tarifas	25.	25.166	52.016	43.861
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26.	(36.368)	(69.579)	(53.677)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27.	(55.394)	(105.810)	(81.565)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28.	(1.294)	(2.592)	(1.984)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29.	18.750	51.280	34.230
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30.	(46.888)	(84.495)	(45.550)
PROVISÕES		**(4.611)**	**(9.527)**	**(5.513)**
Provisões/Reversões para Contingências	31.1	92	309	473
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31.2	(4.703)	(9.836)	(5.986)
RESULTADO OPERACIONAL		**228.936**	**444.744**	**380.972**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**32.**	**189**	**(674)**	**(1.428)**
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**229.125**	**444.070**	**379.544**
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS	**20.b**	**(6.224)**	**(9.893)**	**(10.179)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**222.901**	**434.177**	**369.365**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alair José Giuriato
Diretor Executivo

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Demonstração do Resultado Abrangente

(em milhares de Reais)

	2 º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	**222.901**	**434.177**	**369.365**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**222.901**	**434.177**	**369.365**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alair José Giuriato
Diretor Executivo

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Demonstração das Mutações do Fluxo de Caixa

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
Saldos em 31/12/2022	**389.424**	**(8.734)**	**413.411**	**1.810**	**66.008**	**861.919**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						–
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	**–**	**–**	**–**	**–**	**(394)**	**(394)**
Distribuição de sobras para associados	65.614	–	–	–	(65.614)	–
Outros Eventos/Reservas	**–**	**–**	**6**	**–**	**–**	**6**
Movimentação de Capital:						–
Por Subscrição/Realização	10.355	308	–	–	–	10.663
Por Devolução (–)	(35.536)	–	–	–	–	(35.536)
Estorno de Capital	(80)	–	–	–	–	(80)
Reversão/Realização de Fundos	**–**	**–**	**–**	**(2.580)**	**2.580**	**–**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**369.365**	**369.365**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(73.879)	(73.879)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	59.989	–	–	–	–	59.989
Movimentações por Incorporações	**200.594**	**(2.189)**	**163.114**	**908**	**26.453**	**388.880**
Destinações das Sobras do Período:						–
Fundo de Reserva	–	–	175.190	–	(175.190)	–
Outras Destinações das Sobras do Período	–	–	–	3.185	(3.185)	–
FATES – Atos Cooperativos	–	–	–	–	(15.926)	(15.926)
FATES – Atos Não Cooperativos	–	–	–	–	(3.412)	(3.412)
Saldos em 31/12/2023	**690.360**	**(10.615)**	**751.721**	**3.323**	**126.806**	**1.561.595**
Saldos em 31/12/2023	**690.360**	**(10.615)**	**751.721**	**3.323**	**126.806**	**1.561.595**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	–	–	–	–	(646)	(646)
Distribuição de sobras para associados	126.160	–	–	–	(126.160)	–
Outros Eventos/Reservas	–	–	2.504	6	–	2.510
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	28.518	(2.245)	–	–	–	26.273
Por Devolução (–)	(55.880)	–	–	–	–	(55.880)
Estorno de Capital	(2)	–	–	–	–	(2)
Reversão/Realização de Fundos	**–**	**–**	**–**	**(2.639)**	**6.440**	**3.801**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**434.177**	**434.177**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(81.061)	(81.061)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	63.847	–	–	–	–	63.847
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	–	–	191.844	–	(191.844)	–

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	SOBRAS OU PERDAS ACUM.	TOTAIS
Outras Destinações das Sobras do Período	–	–	–	3.488	(3.488)	–
FATES – Atos Cooperativos	–	–	–	–	(17.440)	(17.440)
FATES – Atos Não Cooperativos	–	–	–	–	(4.310)	(4.310)
Saldos em 31/12/2024	**853.003**	**(12.860)**	**946.069**	**4.178**	**142.474**	**1.932.864**
Saldos em 30/06/2024	**803.797**	**(11.954)**	**753.414**	**3.329**	**174.353**	**1.722.939**
Outros Eventos/Reservas	**–**	**–**	**811**	**–**	**–**	**811**
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	21.421	(906)	–	–	–	20.515
Por Devolução (–)	(36.061)	–	–	–	–	(36.061)
Estorno de Capital	(1)	–	–	–	–	(1)
Reversão/Realização de Fundos	**–**	**–**	**–**	**(2.639)**	**6.440**	**3.801**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**222.901**	**222.901**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						–
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(44.138)	(44.138)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	63.847	–	–	–	–	63.847
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	–	–	191.844	–	(191.844)	–
Outras Destinações das Sobras do Período	–	–	–	3.488	(3.488)	–
FATES – Atos Cooperativos	–	–	–	–	(17.440)	(17.440)
FATES – Atos Não Cooperativos	–	–	–	–	(4.310)	(4.310)
Saldos em 31/12/2024	**853.003**	**(12.860)**	**946.069**	**4.178**	**142.474**	**1.932.864**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alair José Giuriato
Diretor Executivo

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	2 º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	**229.125**	**444.070**	**379.544**
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	(2.059)	(2.059)	(1.713)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	–	(16.765)	(11.691)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	110.480	224.438	141.350
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	4.704	9.836	5.986
Provisões/Reversões Não Operacionais	(485)	(455)	1.702
Provisões/Reversões para Contingências	(92)	(309)	(473)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	4	24	112
Depreciações e Amortizações	3.562	7.062	5.290
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	**345.239**	**665.842**	**520.107**
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(803)	(1.545)	(5.376)
Títulos e Valores Mobiliários	(309.256)	(487.222)	(218.786)
Relações Interfinanceiras	3	–	–
Operações de Crédito	(754.454)	(1.467.790)	(1.847.846)
Outros Ativos Financeiros	(15.963)	(31.377)	(39.840)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	341	2.233	(3.555)
Outros Ativos	4.782	7.992	(19.895)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	(10.213)	316.862	579.340
Depósitos sob Aviso	61	169	2.252
Depósitos a Prazo	554.414	1.593.711	1.263.525
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	94.651	47.317	388.578
Relações Interfinanceiras	97.010	304.001	473.776
Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.300	23.300	–
Outros Passivos Financeiros	14.832	3.885	2.130
Provisões	275	583	10.001
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	3.421	307	2.569
Outros Passivos	(67.064)	(72.849)	(30.466)
FATES – Atos Cooperativos	(17.440)	(17.440)	(15.926)
FATES – Atos Não Cooperativos	(4.310)	(4.310)	(3.412)
Outras Destinações	–	(646)	(394)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(47.174)**	**883.023**	**1.056.782**
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	–	7.576	6.020
Distribuição de Sobras da Central Recebidos – Invest. Aval. Custo	–	9.189	5.671
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo	2.059	2.059	1.713
Aquisição de Intangível	(26)	(104)	(201)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.232)	(10.597)	(33.050)
Aquisição de Investimentos	(5.097)	(62.037)	(101.215)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(7.296)**	**(53.914)**	**(121.062)**

	2 º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	20.515	26.273	10.663
Devolução de Capital aos Cooperados	(36.061)	(55.880)	(35.536)
Estorno de Capital	(1)	(2)	(80)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	63.847	63.847	59.989
Aumento no capital por incorporações	-	-	198.405
Aumento nas reservas por incorporações	-	-	164.022
Sobras/Perdas por incorporações	-	-	26.453
Outros Eventos/Reservas	811	2.510	6
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**49.111**	**36.748**	**423.922**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(5.359)**	**865.857**	**1.359.642**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	3.723.929	2.852.713	1.493.071
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	3.718.570	3.718.570	2.852.713
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(5.359)**	**865.857**	**1.359.642**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Alair José Giuriato
Diretor Executivo

Michelle Sabaini Calmon Manzoli
Diretora Operacional

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Notas Explicativas

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CONEXAO - SICOOB CONEXAO**, doravante denominado **SICOOB CONEXAO**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/05/1989**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CONEXAO, sediado à **AVENIDA PREFEITO SAMUEL BATISTA CRUZ, Nº 2905, NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, LINHARES - ES**, possui 44 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MARILÂNDIA - ES, COLATINA - ES, SOORETAMA - ES, JAGUARÉ - ES, ARACRUZ - ES, IBIRAÇU - ES, LINHARES - ES, JOÃO NEIVA - ES, FUNDÃO - ES, RIO BANANAL - ES, SERRA - ES, ILHÉUS - BA, ITABUNA - BA, SANTA LUZIA - BA, MANTENÓPOLIS - ES, SÃO DOMINGOS DO NORTE - ES, ÁGUIA BRANCA - ES, NOVA VENÉCIA - ES, GOVERNADOR LINDENBERG - ES, SÃO GABRIEL DA PALHA - ES, VILA VALÉRIO - ES, BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES, SÃO MATEUS - ES, PINHEIROS - ES, MONTANHA - ES, ECOPORANGA - ES, PANCAS - ES, VILA PAVÃO - ES, BOA ESPERANÇA - ES, PEDRO CANÁRIO - ES, CONCEIÇÃO DA BARRA - ES.

O SICOOB CONEXAO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings em 29 de agosto de 2024 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo sua classificação é AA (bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil. Fonte: <https://www.fitchratings.com/site/brasil>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **20/01/2025.**

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 481 de 28 de junho de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos , em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

• **Etapa 1 – Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

• **Etapa 2 – Desenho (202**3): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;

• **Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "De x Para" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

• **Etapa 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

• **Etapa 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

• **Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

c) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

– Classificação em modelos de negócios: Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

• **Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

• **Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

• **Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

– Taxa de juros efetiva da operação (TJEO): o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam

qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

- Suspensão dos juros (stop accrual): de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

- Alocação em estágios: dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

• **Estágio 1:** ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

• **Estágio 2:** ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caraterizados como ativo com recuperação de crédito;

• **Estágio 3:** ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

- Perdas esperadas (PE): A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, um valor **aproximado de R$ 41.938 Mil, correspondente a 2,2%** sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.

- Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off): O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

- Hierarquia de valor justo: os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

• **Nível 1:** instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;

• **Nível 2:** instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.

• **Nível 3:** instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

– Efeitos tributários Cooperativas: em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

d) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433: atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado. (se aplicável)

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC).

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira, podem ser:

a) CPR física: o produtor vende antecipadamente parte de sua produção;

b) CPR financeira: o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme previsto no caput do art. 193 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2024 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que

está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB CONEXÃO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários (a)	**62.553**	**54.234**
Caixa	62.553	54.234
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	**3.656.017**	**2.798.479**
Centralização financeira	3.656.017	2.798.479
TOTAL	**3.718.570**	**2.852.713**

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme prescreve o art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – Não-Circulante	15.603	14.058
TOTAL	**15.603**	**14.058**

Aplicação de garantia junto ao Banco Sicoob concessão de financiamentos a Cooperados.

5.1 Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	803	1.545	1.680
TOTAL	**803**	**1.545**	**1.680**

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**245.195**	**483.481**	**728.676**	**87.487**	**144.429**	**231.916**
Títulos e Valores Mobiliários - CPR	245.195	483.481	**728.676**	87.487	144.429	**231.916**
Total de Participações de Cooperativas	**-**	**271.551**	**271.551**	**-**	**209.514**	**209.514**
Participação Em Cooperativa Central De Crédito - Sicoob Central ES (I)	-	212.360	**212.360**	-	161.366	**161.366**
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito – Banco Sicoob (II)	-	59.191	**59.191**	-	48.148	**48.148**
TOTAL	**245.195**	**755.032**	**1.000.227**	**87.487**	**353.943**	**441.430**

(I) A participação junto ao Sicoob Central ES gerou o montante de sobras recebidas no exercício de 2024 no valor de R$ 9.189 mil. (No mesmo período de 2023 – R$ 5.671 mil).

(II) A participação junto ao Banco Sicoob gerou o montante de dividendos recebidos no exercício de 2024 de R$ 7.576 mil (No mesmo período de 2023 foi de R$ 6.020 mil).

b) Provisões para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(15.784)	-	**(15.784)**	(2.638)	(3.608)	**(6.246)**
TOTAL	**(15.784)**	**-**	**(15.784)**	**(2.638)**	**(3.608)**	**(6.246)**

c) Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2024 e 2023, registrados em contrapartida à receita de "*Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários*", foram, respectivamente:

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	39.142	61.719	14.774
Desvalorização de Títulos Livres	2.606	5.021	729
(-) Desvalorização de Títulos Livres	(9.181)	(14.559)	(6.663)
TOTAL	**32.567**	**52.181**	**8.840**

7. Centralização Financeira

Refere-se às disponibilidades de recursos depositados no Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração, onde mensalmente o resultado destas aplicações é recebido e reconhecido pela cooperativa.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Centralização Financeira - Cooperativas	3.656.017	2.798.479
TOTAL	**3.656.017**	**2.798.479**

7.1 Ingressos de Depósitos Intercooperativos

As receitas recebidas dessa transação da centralização financeira resultaram no montante descrito conforme quadro abaixo.

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	195.621	361.896	292.651
TOTAL	**195.621**	**361.896**	**292.651**

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamento a Depositante	2.483	-	**2.483**	2.847	-	**2.847**
Empréstimos	1.342.407	1.603.202	**2.945.609**	1.177.654	1.267.631	**2.445.285**
Títulos Descontados	138.686	-	**138.686**	129.432	-	**129.432**
Financiamentos	367.303	920.776	**1.288.079**	277.424	570.148	**847.572**
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	936.860	661.548	**1.598.408**	691.940	510.215	**1.202.155**
Total das Operações Crédito	**2.787.739**	**3.185.526**	**5.973.265**	**2.279.297**	**2.347.994**	**4.627.291**

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
(-) Provisões para Operações de Crédito	(193.783)	(224.297)	**(418.080)**	(160.861)	(176.332)	**(337.193)**
TOTAL	**2.593.956**	**2.961.229**	**5.555.185**	**2.118.436**	**2.171.662**	**4.290.098**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Esp./ Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais e Agroind.	Total 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	–	Normal	54.269	4	38.061	126.163	**218.497**	**–**	**191.317**	–
A	0,5%	Normal	277.584	8.564	209.032	440.075	**935.255**	**(4.676)**	**640.079**	**(3.200)**
B	1%	Normal	572.581	6.663	352.956	588.978	**1.521.178**	**(15.212)**	**1.202.947**	**(12.030)**
B	1%	Vencidas	3.677	107	387	–	**4.171**	**(42)**	**6.904**	**(69)**
C	3%	Normal	1.308.157	20.912	548.685	327.307	**2.205.061**	**(66.152)**	**1.757.419**	**(52.723)**
C	3%	Vencidas	8.444	559	3.302	361	**12.666**	**(380)**	**10.776**	**(323)**
D	10%	Normal	453.684	18.821	90.694	103.569	**666.768**	**(66.676)**	**518.360**	**(51.836)**
D	10%	Vencidas	15.162	878	3.322	392	**19.754**	**(1.975)**	**13.187**	**(1.318)**
E	30%	Normal	81.485	2.878	11.147	2.309	**97.819**	**(29.346)**	**55.468**	**(16.640)**
E	30%	Vencidas	32.832	1.136	5.016	143	**39.127**	**(11.738)**	**17.911**	**(5.373)**
F	50%	Normal	16.374	2.177	4.735	3.400	**26.686**	**(13.343)**	**17.192**	**(8.596)**
F	50%	Vencidas	14.587	932	2.622	188	**18.329**	**(9.164)**	**10.035**	**(5.018)**
G	70%	Normal	11.421	663	1.720	779	**14.583**	**(10.208)**	**9.873**	**(6.911)**
G	70%	Vencidas	11.159	981	1.571	299	**14.010**	**(9.807)**	**8.890**	**(6.223)**
H	100%	Normal	70.729	3.596	3.681	3.215	**81.221**	**(81.221)**	**84.545**	**(84.545)**
H	100%	Vencidas	79.579	6.183	11.148	1.230	**98.140**	**(98.140)**	**82.388**	**(82.388)**
Total Normal			**2.846.284**	**64.278**	**1.260.711**	**1.595.795**	**5.767.068**	**(286.834)**	**4.477.200**	**(236.481)**
Total Vencidos			**165.440**	**10.776**	**27.368**	**2.613**	**206.197**	**(131.246)**	**150.091**	**(100.712)**
Total Geral			**3.011.724**	**75.054**	**1.288.079**	**1.598.408**	**5.973.265**	**(418.080)**	**4.627.291**	**(337.193)**
Provisões			**(309.422)**	**(16.413)**	**(56.199)**	**(36.046)**	**(418.080)**		**(337.193)**	
Total Líquido			**2.702.302**	**58.641**	**1.231.880**	**1.562.362**	**5.555.185**		**4.290.098**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	2.483	–	–	**2.483**
Cheque Especial / Conta Garantida	72.571	–	–	**72.571**
Empréstimos	340.258	929.578	1.603.202	**2.873.038**
Títulos Descontados	118.704	19.982	–	**138.686**
Financiamentos	100.411	266.892	920.776	**1.288.079**
Financiamentos Rurais	149.034	787.826	661.548	**1.598.408**
TOTAL	**783.461**	**2.004.278**	**3.185.526**	**5.973.265**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2024	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	970.471	129.612	227.637	**1.327.720**	22%
Setor Privado - Indústria	256.746	37.181	56.125	**350.052**	6%
Setor Privado - Serviços	1.310.594	795.437	253.608	**2.359.639**	40%
Pessoa Física	490.914	319.122	1.055.345	**1.865.381**	31%
Outros	58.053	6.727	5.693	**70.473**	1%
TOTAL	**3.086.778**	**1.288.079**	**1.598.408**	**5.973.265**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**337.193**	**228.620**
Constituições/ Reversões no período	221.347	356.203
Prejuízos de Cooperativa Incorporada (Sicoob Norte)	-	(157.878)
Transferência para prejuízo no período	(140.460)	(89.752)
TOTAL	**418.080**	**337.193**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	218.085	3%	165.701	3%
10 Maiores Devedores	915.493	13%	650.303	13%
50 Maiores Devedores	1.805.846	27%	1.242.698	25%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	**403.432**	**190.122**
Valor das operações transferidas no período	140.460	89.752
Valor referente a prejuízos de cooperativa incorporada (Sicoob Norte)	-	157.878
Valor das operações recuperadas no período	(38.832)	(27.621)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(8.782)	(6.699)
TOTAL	**496.278**	**403.432**

h) Rendas com Operações de Crédito

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.950	3.875	3.149
Rendas de Empréstimos	268.638	513.068	422.761
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	14.926	30.439	25.350
Rendas de Financiamentos	88.267	163.018	127.873
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	15.182	28.170	15.791
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	10.047	21.428	10.662

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	9.042	16.547	19.492
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados de LCA	30.742	52.399	23.929
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos de Fontes Públicas	8.680	15.987	17.646
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	20.854	38.436	27.621
TOTAL	**468.328**	**883.367**	**694.274**

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Banco Sicoob e Sicoob Central ES.

i) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito:

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(205.946)	(401.649)	(292.643)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	106.344	198.948	166.348
Provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	(12.260)	(24.145)	(16.402)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	1.382	2.409	1.347
TOTAL	**(110.480)**	**(224.437)**	**(141.350)**

As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa são determinadas pela variação dos saldos de provisão para tais créditos, de acordo com a Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional de 21 de dezembro de 1999, levando em consideração a classificação de risco das operações de crédito concedidas. Estas variações ocorrem em virtude do plano de pagamento e na concessão de novas operações de crédito.

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	**18.919**	**-**	**18.919**	**16.893**	**-**	**16.893**
Rendas a Receber (b)	**43.000**	**-**	**43.000**	**32.426**	**-**	**32.426**
Rendas Serviços arrecadação de convênios	7.580	-	**7.580**	5.732	-	**5.732**
Rendas da Centralização da Administração Financeira	34.198	-	**34.198**	26.090	-	**26.090**
Outras Rendas a Receber	1.222	-	**1.222**	604	-	**604**
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	**2.090**	**3.275**	**5.365**	**1.447**	**1.822**	**3.269**
Títulos e Créditos a Receber (d)	**455**	**-**	**455**	**2.781**	**-**	**2.781**
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	**-**	**10.081**	**10.081**	**-**	**9.735**	**9.735**
PIS – Deposito Judicial	-	1.247	**1.247**	-	1.208	**1.208**
COFINS – Deposito Judicial	-	6.371	**6.371**	-	6.173	**6.173**

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
PIS Folha– Deposito Judicial	–	595	**595**	–	249	**249**
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	–	1.816	**1.816**	–	2.047	**2.047**
Outros	–	52	**52**	–	58	**58**
TOTAL	**64.464**	**13.356**	**77.820**	**53.547**	**11.557**	**65.104**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central entre outras.

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou recebidos como pagamento de dívidas.

(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados em sua maior representatividade os Valores a Receber de Tarifas.

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo.

9.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(15.450)	–	(15.450)	(12.526)	–	(12.526)
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(200)	–	(200)	(17)	(32)	(49)
TOTAL	**(15.650)**	**–**	**(15.650)**	**(12.543)**	**(32)**	**(12.575)**

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	–	Normal	–	146	**146**	**–**	**–**	**–**
A	0,5%	Normal	–	2.028	**2.028**	**(9)**	**1.593**	**(8)**
B	1%	Normal	–	954	**954**	**(10)**	**429**	**(4)**
B	1%	Vencidas	–	34	**34**	**–**	**–**	**–**

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
C	3%	Normal	–	1.666	**1.666**	**(50)**	**1.246**	**(37)**
D	10%	Normal	–	180	**180**	**(18)**	**–**	**–**
E	30%	Normal	434	332	**766**	**(230)**	**1.344**	**(403)**
E	30%	Vencidas	2.589	–	**2.589**	**(777)**	**2.909**	**(872)**
F	50%	Normal	78	25	**103**	**(51)**	**177**	**(89)**
F	50%	Vencidas	1.423	–	**1.423**	**(711)**	**1.450**	**(725)**
G	70%	Normal	17	–	**17**	**(12)**	**128**	**(89)**
G	70%	Vencidas	1.988	–	**1.988**	**(1.392)**	**1.796**	**(1.258)**
H	100%	Normal	112	–	**112**	**(112)**	**250**	**(251)**
H	100%	Vencidas	12.278	–	**12.278**	**(12.278)**	**8.839**	**(8.839)**
Total Normal			**641**	**5.331**	**5.972**	**(492)**	**5.167**	**(881)**
Total Vencidos			**18.278**	**34**	**18.312**	**(15.158)**	**14.994**	**(11.694)**
Total Geral			**18.919**	**5.365**	**24.284**	**(15.650)**	**20.161**	**(12.575)**
Provisões			**(15.450)**	**(200)**	**(15.650)**		**(12.575)**	
Total Líquido			**3.469**	**5.165**	**8.634**		**7.586**	

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Negativo de IRPJ – Exercícios Anteriores	1.779	–	**1.779**	3.190	–	**3.190**
Saldo Negativo de CSLL – Exercícios Anteriores	800	–	**800**	1.503	–	**1.503**
ISS – Imposto S/ Serviço	3	–	**3**	14	–	**14**
Valores a Restituir – PERDCOMP	90	26	**116**	19	205	**224**
TOTAL	**2.672**	**26**	**2.698**	**4.726**	**205**	**4.931**

11. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	531	–	**531**	584	–	**584**
Adiantamentos para Despesas Diversas	11	–	**11**	6	–	**6**
Adiantamento Vale Alimentação e Refeição	861	–	**861**	753	–	**753**
Outros Adiantamentos	–	–	**–**	154	–	**154**
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	314	–	**314**	60	–	**60**

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pagamentos a Ressarcir	846	-	**846**	851	-	**851**
Devedores Diversos - País	315	-	**315**	474	-	**474**
Material em Estoque	75	-	**75**	70	-	**70**
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (a)	**4.072**	**26.100**	**30.172**	**9.205**	**28.678**	**37.883**
(-) Prov. Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (b)	**-**	**(16.246)**	**(16.246)**	**(280)**	**(16.420)**	**(16.700)**
Despesas Antecipadas (c)	**804**	**-**	**804**	**1.085**	**-**	**1.085**
Sisol	48	-	**48**	153	-	**153**
Prêmios de Seguro	91	-	**91**	122	-	**122**
Software	314	-	**314**	205	-	**205**
Propaganda e Publicidade	199	-	**199**	364	-	**364**
Outras Despesas Antecipadas	152	-	**152**	241	-	**241**
TOTAL	**7.829**	**9.854**	**17.683**	**12.962**	**12.258**	**25.220**

(a) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

12. Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	9.449	10.394	
Terrenos	16.637	16.496	
Edificações	23.168	19.698	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(3.972)	(3.098)	
Instalações	28.178	26.781	4 - 25%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(14.861)	(12.771)	
Mobiliários	7.405	6.922	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(4.077)	(3.592)	
Máquinas	439	401	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(221)	(192)	
Aparelhos de Refrigeração	3.783	3.303	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(2.059)	(1.847)	
Equipamentos de Processamento de Dados	17.655	13.352	20%

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Taxa Depreciação
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(9.513)	(6.984)	
Alarme	178	143	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(106)	(88)	
Cabines de Segurança	620	548	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(387)	(362)	
Armas e Equipamentos	1.193	1.107	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(852)	(800)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	600	588	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(412)	(410)	
Equipamentos de Comunicação	593	584	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(473)	(430)	
Veículos	735	274	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(339)	(274)	
Software e Direito de Uso (b)	**2.128**	**2.024**	**10-20%**
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	(1.868)	(1.761)	
Total Imobilizado de Uso	**110.633**	**100.591**	
Total Intangível	**2.128**	**2.024**	
Total Depreciação/Amortização	**(39.140)**	**(32.609)**	

a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

(b) Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

A despesa com depreciação e amortização no exercício de 2024 foi de R$ 7.062 mil (no exercício de 2023 – R$ 5.290 mil).

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	1.642.638	-	**1.642.638**	1.325.775	-	**1.325.775**
Depósito Sob Aviso (b)	3.317	-	**3.317**	3.148	-	**3.148**
Depósito a Prazo (b)	4.416.365	10.606	**4.426.971**	2.826.431	6.829	**2.833.260**
TOTAL	**6.062.320**	**10.606**	**6.072.926**	**4.155.354**	**6.829**	**4.162.183**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo

valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	140.013	2%	105.887	2%
10 Maiores Depositantes	734.996	11%	558.874	11%
50 Maiores Depositantes	1.350.668	20%	1.003.986	20%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos Interfinanceiros	–	–	(2)
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(173)	(337)	(317)
Despesas de Depósitos a Prazo	(216.318)	(383.534)	(286.755)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(39.311)	(68.509)	(45.426)
Despesas de Letras Financeiras	(423)	(433)	–
Despesas de Letras De Crédito do Imobiliário	(1.233)	(14.074)	(33.822)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(4.856)	(8.980)	(6.137)
TOTAL	**(262.314)**	**(475.867)**	**(372.459)**

14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI (a)	–	–	**–**	326.234	–	**326.234**
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA (b)	839.587	49.746	**889.333**	514.359	11.507	**525.866**
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras - LF	10.083	–	**10.083**	–	–	**–**
TOTAL	**849.670**	**49.746**	**899.416**	**840.593**	**11.507**	**852.100**

(a) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

(b) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa **nº 13.d** – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

15. Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
Recursos do Banco Sicoob	574.278	475.683	**1.049.961**	426.654	368.012	**794.666**
Recursos da Central	216.047	12.374	**228.421**	174.699	5.025	**179.724**
TOTAL	**790.325**	**488.057**	**1.278.382**	**601.353**	**373.037**	**974.390**

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total	Circulante (Até 1 ano)	Não Circulante (Acima de 1 ano)	Total
Cooperativa Central – ES Rotativo	45.300	–	**45.300**	22.000	–	**22.000**
TOTAL	**45.300**	**–**	**45.300**	**22.000**	**–**	**22.000**

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Empréstimos Rotativo			
Cooperativa Central ES – Rotativo	(1.537)	(2.688)	(2.902)
Total Despesas de Repasses Rotativo	**(1.537)**	**(2.688)**	**(2.902)**
Despesas com Repasses Interfinanceiros			

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(41.203)	(75.774)	(46.997)
Cooperativa Central ES	(6.167)	(11.619)	(12.329)
Total Despesas com Empréstimos Interfinanceiros	**(47.370)**	**(87.393)**	**(59.326)**
TOTAL	**(48.907)**	**(90.081)**	**(62.228)**

16. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Correspondentes no País	10	-	10	-	-	-
TOTAL	**10**	**-**	**10**	-	-	-

17. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. 31 de dezembro de 2024 e 2023, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Relações Interdependências	**16.651**	**12.096**
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	574	208
Ordens de Pagamento (b)	15.673	11.572
Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	404	316
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (d)	**1.602**	**2.344**
Operações de Crédito - IOF	974	1.423
Operação com Títulos e Valores Mobiliários	64	139
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	564	782
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (e)	**377**	**306**
TOTAL	**18.630**	**14.746**

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados.

(d) São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados.

(e) Valores referentes obrigações de pagamento para com os fornecedores da cooperativa.

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (I)	17.402	12.474	**29.876**	14.045	5.995	**20.040**
Provisão Para Contingências (II)	-	11.239	**11.239**	-	10.965	**10.965**
TOTAL	**17.402**	**23.713**	**41.115**	**14.045**	**16.960**	**31.005**

(I) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	1.239.166	735.177
TOTAL	**1.239.166**	**735.177**

(II) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS (a)	1.247	1.247	1.208	1.208
COFINS (a)	6.371	6.371	6.173	6.173
PIS FOLHA (b)	595	595	249	249
Trabalhistas	1.692	1.816	1.751	2.047
Outras Contingências	1.334	52	1.584	58
TOTAL	**11.239**	**10.081**	**10.965**	**9.735**

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

b) PIS FOLHA - quando da IN RFB nº 2121/2022, a cooperativa ajuizou ação judicial questionando o recolhimento do tributo, tendo em vista que inexiste lei em sentido estrito que determine o recolhimento do referido tributo pelas cooperativas de crédito.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CONEXAO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 1.146 mil. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	351	-	**351**	317	-	**317**
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.972	-	**1.972**	1.853	-	**1.853**
IRRF sobre Aplicações Financeiras	1.436	-	**1.436**	2.098	-	**2.098**
IRRF sobre Juros ao Capital	2.436	-	**2.436**	1.658	-	**1.658**
ISSQN a Recolher	183	-	**183**	145	-	**145**
TOTAL	**6.378**	**-**	**6.378**	**6.071**	**-**	**6.071**

20. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	**9.712**	**10.206**
Sociais e Estatutárias	**101.299**	**83.528**
Provisão para Participações nos Lucros (b)	12.003	12.402
Resultado de Atos com Associados (c)	66.035	48.983
Resultado de Atos com Não Associados (c)	4.310	3.412
Cotas de Capital a Pagar (d)	18.951	18.731
Provisão para Pagamentos a Efetuar (e)	**14.624**	**13.343**
Despesa de Pessoal	4.970	4.702
Aluguéis	283	348
Custodia de Valores e Bens	58	60
Comunicações	11	40
Propaganda e Publicidade	37	172
Promoções E Relações Públicas	30	77
Segurança e Vigilância	45	3
Manutenção e Conservação de Bens	36	18
Transporte	206	168
Seguro	92	242
Plano de Saúde	36	35
Compensação	498	1.177

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a Recolher	18	17
Seguros Prestamista	2.845	2.117
Provisão de Cartões a Pagar	2.774	2.137
Custo de Transações Interfinanceiras	352	292
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	884	1.012
Valores a Pagar – Domicílio Bancário Sipag	576	213
Outras Despesas Administrativas	873	513
Credores Diversos – País (f)	**9.317**	**13.572**
Pagamento a Processar	5.103	5.091
Crédito de Terceiros	31	149
Cooperativa Central	634	1.114
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	191	134
Taxa de Gravames a Repassar	41	27
Cheques Depositados	1.200	554
Credores Diversos – Liquidação de Cobrança	204	5.440
Faturas Sicoobcard – Transitória	13	58
Valores a Liquidar – Parcelas de Crédito Consignado	347	156
Rendas Antecipadas	623	421
Valores a Pagar – Honra – Fundos Garantidores	560	192
Outros	370	236
TOTAL	**134.952**	**120.649**

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Em conformidade à Lei nº 10.101/2000 e conforme Acordo Coletivo vigente, a Cooperativa provisionou, no exercício de 2024, o montante de R$ 9.893 mil a título de participação dos empregados nos resultados, valor registrado como despesa no período. Esse montante compõe o total de R$ 12.003 mil reconhecido no passivo. No exercício anterior, a provisão foi de R$ 10.179 mil sobre um passivo de R$ 12.402 mil.

(c) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme prescreve a Lei nº 5.764/1971.

(d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

(e) Registram-se as provisões para pagamentos de despesas com pessoal e outras despesas administrativas.

(f) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se as responsabilidades da instituição perante pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, inclusive resultantes do exercício de mandato, para cuja escrituração não exista conta específica.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	840.143	679.745
Associados	264.552	229.408

b) Reservas de Sobras

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Reserva	946.069	751.721
Reserva Estatutária	4.178	3.323
Total Reservas de Sobras	**950.247**	**755.044**

c) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

d) Reserva Estatutária

Saldo constituída com 1% sobre as sobras dos exercícios encerrados referentes ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial do FIS	**3.323**	**1.810**
Incorporação	**-**	**908**
Outros Eventos	**6**	**-**
Constituição	3.488	3.185
(-) Utilização FIS	(2.639)	(2.580)
Saldo Final FIS	**4.178**	**3.323**

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **23/04/2024**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2023**, no valor de R$ 126.160 mil.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobra bruta – Sicoob Conexão	**434.177**	**369.365**
Sobra bruta – Sicoob Norte	**-**	**31.656**
Juros ao Capital - Sicoob Conexão	(81.061)	(73.879)
Juros ao Capital - Sicoob Norte	-	(5.203)
Sobra líquida do exercício	**353.116**	**321.939**
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES - Sicoob Conexão	(4.310)	(2.375)
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES - Sicoob Norte	-	(1.037)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**348.806**	**318.527**
Reserva legal - 55%	(191.844)	(175.190)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(17.440)	(15.926)
Fundo de Investimento Social – 1%	(3.488)	(3.185)
Utilização do FIS	2.639	2.580
Utilização do FATES	3.801	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**142.474**	**126.806**

22. Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop): (uniformidade quadro).

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	1.783.591	1.739.040	44.551	1.355.414	1.323.704	31.710
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(1.256.960)	(1.253.647)	(3.313)	(924.562)	(921.028)	(3.534)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(172.841)	(168.520)	(4.321)	(133.938)	(130.804)	(3.134)
Resultado Operacional	**353.790**	**316.873**	**36.917**	**296.914**	**271.872**	**25.042**
Receita Não Operacional	2.450	-	2.450	2.093	-	2.093
Despesa Não Operacional	(3.124)	-	(3.124)	(3.521)	-	(3.521)
Resultado Não Operacional	**(674)**	**-**	**(674)**	**(1.428)**	**-**	**(1.428)**
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	**353.116**	**316.873**	**36.243**	**295.486**	**271.872**	**23.614**
IRP/CSLL	-	-	-	-	-	-
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	31.933	(31.933)	-	21.239	(21.239)
Resultado do Período	**353.116**	**348.806**	**4.310**	**295.486**	**293.111**	**2.375**

23. Provisão de Juros ao Capital

No exercício de 2024 a Cooperativa pagou juros ao capital próprio no montante de R$ 81.061mil (R$ 73.879 mil no mesmo período de 2023), remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cartões (a)	24.219	44.311	25.043
Rendas de Cobrança	6.131	12.213	11.349
Rendas Transações Intercredis	893	1.739	1.228
Rendas de Convênios	501	1.093	1.279
Rendas de prestações de Serviços - Comissões	5.452	9.996	6.456
Rendas de Tarifas	2.953	5.520	4.612
Comissão com Venda de Consórcios	2.308	6.171	4.165
Comissão com Venda de Seguros	10.713	22.545	14.241
Rendas com Venda de Previdência	161	223	-
Rendas Recebidas do Banco Sicoob	-	-	690
Outras Rendas de Prestação de Serviços	626	1.036	699
TOTAL	**53.957**	**104.847**	**69.762**

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

25. Rendas de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	5.434	13.071	12.462
Rendas de Serviços Prioritários - PF	745	1.705	1.628
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	28	53	37
Rendas de Serviços Especiais - PF	36	69	51
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	18.923	37.118	29.683
TOTAL	**25.166**	**52.016**	**43.861**

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(113)	(224)	(201)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.401)	(4.831)	(4.290)
Despesas de Pessoal – Benefícios(a)	(8.480)	(15.992)	(8.591)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(6.617)	(12.694)	(10.585)
Despesas de Pessoal - Proventos	(17.769)	(33.862)	(28.401)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1)	(1)	-
Despesas de Remuneração de Estagiários	(987)	(1.975)	(1.609)
TOTAL	**(36.368)**	**(69.579)**	**(53.677)**

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, vale transporte e auxílio creche.

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(673)	(1.523)	(1.333)
Despesas de Aluguéis	(2.831)	(5.536)	(4.812)
Despesas de Comunicações	(951)	(2.162)	(2.391)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(945)	(1.796)	(1.782)
Despesas de Material	(600)	(1.229)	(1.093)
Despesas de Processamento de Dados	(7.331)	(16.085)	(11.058)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(3.507)	(5.767)	(4.290)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(3.918)	(5.645)	(4.178)
Despesas de Publicações	(5)	(6)	(28)
Despesas de Seguros	(103)	(232)	(224)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(10.007)	(17.833)	(14.416)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.502)	(5.123)	(4.323)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(2.284)	(4.458)	(3.612)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(6.241)	(11.220)	(6.884)
Despesas de Transporte	(1.224)	(2.457)	(2.081)
Despesas de Viagem no País	(202)	(324)	(235)
Despesas de Amortização	(54)	(107)	(80)
Despesas de Depreciação	(3.508)	(6.955)	(5.210)
Despesas de Emolumentos judiciais e cartorários	(1.102)	(1.996)	(959)
Despesas de Rateio Sicoob Central ES	(5.666)	(11.607)	(8.605)
Despesas de Rateio Sicoob Confederação	(617)	(1.703)	(1.631)
Despesas de Ações Judiciais	(168)	(436)	(936)

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Outras Despesas Administrativas	(955)	(1.610)	(1.404)
TOTAL	**(55.394)**	**(105.810)**	**(81.565)**

28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(160)	(264)	(233)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(959)	(1.995)	(1.469)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(175)	(333)	(282)
TOTAL	**(1.294)**	**(2.592)**	**(1.984)**

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	3.231	7.865	1.510
Rendas Juros Cartão de Crédito	8.459	16.769	13.361
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	1.322	2.587	2.118
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	23	57	666
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	7	25	397
Dividendos recebidos do Banco Sicoob	-	7.576	6.020
Distribuição de Sobras do Sicoob Central ES	-	9.189	5.671
Rendas de repasses Delcredere	2.307	3.101	2.584
Juros ao capital pago pelo Sicoob Central ES	2.059	2.059	1.713
Atualização Selic – Recuperação Créditos Tributários	1.336	2.047	97
Outras rendas operacionais	6	5	93
TOTAL	**18.750**	**51.280**	**34.230**

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Serviços Associado a Transações de Pagamento com Cartões (a)	(18.026)	(34.135)	(17.688)
Despesas de Descontos Concedidos	(4.053)	(6.690)	(6.379)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(15)	(28)	(56)
Desconto/Cancelamento de Tarifas Pendentes	(2.220)	(4.872)	(4.180)
Recebimento de Tarifas	(401)	(722)	(547)

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira Sicoob ES	(18.695)	(32.650)	(15.117)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(121)	(233)	(357)
Perdas por Fraudes Externas	(173)	(226)	(735)
Despesas com Tarifas no Recebimento de Convênio - INSS	(401)	(722)	(458)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	(2.448)	(3.801)	-
Outras Despesas Operacionais	(335)	(416)	(33)
TOTAL	**(46.888)**	**(84.495)**	**(45.550)**

(a) A partir de abril/2023 o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) adotou um novo modelo de negócio para a distribuição de receitas e despesas na operação de emissão dos cartões, embasado na publicação da Resolução CGOA nº 4/2022 e da Resolução CMN nº 5.051/2022 de que as cooperativas de crédito são coparticipantes do modelo de negócio de emissão.

(b) A partir do exercício de 2024 as despesas com a finalidade e enquadramento de utilização dos recursos do FATES estão sendo classificadas como despesa do exercício corrente, mudança está, para padronização dentro do sistema Sicoob Brasil.

31. Despesas com Provisões

31.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Passivos Contingentes	(65)	(191)	-
Provisão para Custas Judiciais – Cíveis / Trabalhistas	(24)	(57)	(912)
Reversão de Provisão para Contingências	181	557	1.385
TOTAL	**92**	**309**	**473**

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

31.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(17.415)	(32.899)	(20.211)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	12.712	23.063	14.225
TOTAL	**(4.703)**	**(9.836)**	**(5.986)**

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

32. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	240	259	601
Ganhos de Capital	98	127	110
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	589	1.832	1.147
Outras Rendas Não Operacionais	94	232	234
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(625)	(1.575)	(417)
(-) Perdas de Capital	(103)	(172)	(254)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(104)	(1.377)	(2.849)
TOTAL	**189**	**(674)**	**(1.428)**

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no período de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 31 de dezembro de 2024:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	138.706	2,53	1.373
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.127	0,02	6
TOTAL	**139.833**	**2,55**	**1.379**
Montante das Operações Passivas	**71.900**	**1,90**	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 31/12/2024	
Empréstimos e Financiamentos	0,07%

Crédito Rural (modalidades)	2,48%
Aplicações Financeiras	1,47%

b) Operações ativas e passivas**:**

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2024:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	19	-	0,07
Conta Garantida	16	-	0,03
Financiamentos Rurais	113.565	1.099	7,10
Empréstimos	6.942	49	0,24
Financiamentos	1.808	18	0,14

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	9.117	0,56	-
Depósitos a Prazo	68.823	1,55	89% a 105% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	9.615	1,08	85% a 93% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial / Conta Garantida	1,50% a 6,97% a.m	1,50% a 6,97% a.m
Cheque Especial/Conta garantida (com garantia real)	1,20%am a 2,50% a.m	1,20%am a 2,50% a.m
Desconto de Recebíveis (Cheque, Duplicata e Cartão)	0,50% a.m. à 4,71% a.m	0,50% a.m. à 4,71% a.m
Consignado	0,49%a.m a 1,78%am	0,49% a 1,78%
Empréstimos	0,50% a.m a 4,85% a.m.	0,50%am a 4,85% a.m.
	0,10%am + CDI a 3,00%am + CDI	0,10%am + CDI a 3,00%am + CDI
Vendas de Bens não de uso Próprio – Imóvel	0,49% CDI + 0,00% a 1,99% CDI + 0,99%	0,49% CDI + 0,00% a 1,99% CDI + 0,99%
Financiamentos	0,15%am + CDI a 3,00% a.m+ CDI	0,15%am + CDI a 3,00% a.m+ CDI
Crédito Rural - RPL	8,5%aa % a.m a 24,90% a.a.	8,5%aa % a.m a 24,90% a.a.
	CDI + 4,9aa a CDI + 11%aa	CDI + 4,9aa a CDI + 11%aa
Crédito Rural - Repasses	3,00%aa a. 12,00 a.a. + TR	3,00%aa a. 12,00 a.a. + TR
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	89% a 105% CDI	89% a 105% CDI
Aplicações Financeiras – LCI/LCA	85% a 93% CDI	85% a 93% CDI

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	26
Crédito Rural	163.610
Direitos Creditórios Descontados	3.866
Empréstimos	243.743
Financiamentos	14.923

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2024	31/12/2023
Beneficiários de Outras Coobrigações	29.916	573

f) No exercício 2024 os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	31/12/2024
Honorários e Cédula de Presença	4.304
Salários	1.055
Encargos	1.378
Plano de Saúde / Seguro de Vida /Plano Odontológico/ Vale Alimentação / Previdência Privada	390

g) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2024	31/12/2023
7.927	4.848

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB CONEXAO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a

implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CONEXAO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	**3.902.623**	**2.986.088**
Centralização Financeira	3.656.017	2.798.479
Títulos e Valores Mobiliários	212.360	161.366
Outros Ativos Financeiros	34.198	26.090
Outros Ativos	48	153
Passivo	**274.355**	**202.838**
Relações Interfinanceiras	228.421	179.724
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	45.300	22.000
Outros Passivos	634	1.114

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL ES:

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Receita	**197.680**	**373.144**	**300.035**
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	195.621	361.896	292.651
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	2.059	11.248	7.384
Despesa	**(32.065)**	**(58.564)**	**(38.953)**
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(7.704)	(14.307)	(15.231)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(5.666)	(11.607)	(8.605)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(18.695)	(32.650)	(15.117)

35. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de Referência	1.804.011	1.454.849
Margem de Compatibilização	901.805	818.897
Índice da Basileia	23,99%	27,45%
Margem de Imobilização	828.645	657.681

36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando **50%** do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º Sem/2024	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(373)	(732)	(601)
TOTAL	**(373)**	**(732)**	**(601)**

37. Gerenciamento de Risco

Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço

de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Linhares – ES, 20 de janeiro de 2025.

Alair José Giuriato Diretor Executivo	**Michelle Sabaini Calmon Manzoli** Diretora Operacional	**Wanderson Vieira da Silveira** Contador CRC nº 016925/O-0-ES

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO CONEXÃO - SICOOB CONEXÃO

Linhares - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Conexão - SICOOB CONEXÃO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CONEXÃO em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte – MG, 13 de fevereiro de 2025.

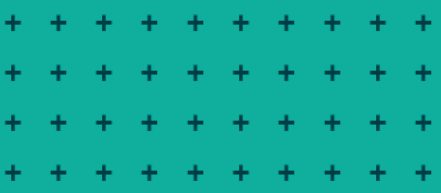
Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Crédito Conexão – Sicoob Conexão**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, e considerando, ainda, o parecer da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, datado de 13 de fevereiro de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Linhares, 27 de fevereiro de 2025.

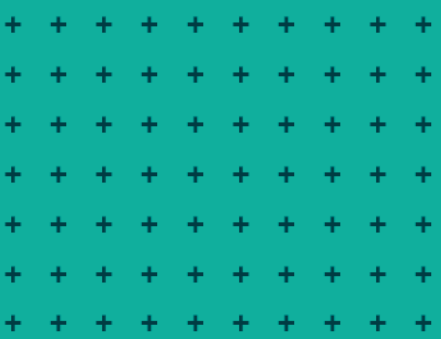
Gleison Marcos Nimer	**Daniel Augusto Aguiar Massucatti**	**Jonas Geraldo Ardison**
Coordenador do Conselho Fiscal	Conselheiro Fiscal – Efetivo	Conselheiro Fiscal – Efetivo



Mais que uma *escolha financeira.*

comunidadesicoob.com.br

sicoobes



Central de Atendimento Sicoob (atendimento 24 horas): 4000 1111 (capitais e regiões metropolitanas) – 0800 642 0000 (demais localidades)
Ouvidoria (de segunda a sexta, das 8h às 20h): 0800 725 0996 – 0800 940 0458 (deficientes auditivos ou de fala) – ouvidoriasicoob.com.br